

2

A feminilidade na Europa burguesa

O século XIX é

o momento histórico em que a vida das mulheres se altera, ou mais exatamente o momento em que a perspectiva de vida das mulheres se altera: tempo da modernidade, em que se torna possível uma posição de sujeito, indivíduo de corpo inteiro e atriz política, futura cidadã. (...) Apesar da extrema codificação da vida feminina, o campo das possibilidades se alarga e a aventura não está tão longe. (Kehl, 1998, p.36)

A citação acima constitui uma importante descrição da situação social da mulher burguesa no século XIX. No entanto, como veremos a seguir, estabelecer uma posição de sujeito, num período dominado pela ideologia burguesa, não seria tarefa das mais fáceis, principalmente para uma mulher. A família burguesa, centro da vida da maioria delas por praticamente todo o século XIX, salvo raríssimas exceções, era verdadeiramente uma “autocracia patriarcal” (Hobsbawn; 2010; p.360). Pois, apesar de a burguesia dominante defender a liberdade de iniciativa, a igualdade de oportunidades e de direitos, a possibilidade de ascensão social do indivíduo isolado e a autonomia financeira como pilares de sua ideologia, ela o fazia apenas na esfera pública. No espaço privado da família nuclear, cercear a liberdade, principalmente a liberdade feminina garantia em última instância que tudo permaneceria do mesmo modo.

Apesar de não haver nada de novo nesse modelo de família patriarcal, apoiado na subordinação da mulher e dos filhos, era de se esperar que a sociedade burguesa rompesse esse padrão e não o reforçasse, como aconteceu na sua fase mais clássica. Muitas são as possíveis razões para esse fenômeno e vamos analisar algumas delas no decorrer do trabalho. Mas, para iniciarmos essa discussão, podemos nos concentrar no novo tipo de sujeito masculino nascido desse conjunto de mudanças trazidas pelo capitalismo, que modificou a sociedade europeia em menos de cem anos: mais individualizado, mais consciente do seu papel na esfera pública, com maior mobilidade social; mas também com novos questionamentos íntimos, angústias e tipos de insegurança.

À medida que o espaço público foi se tornando um local de convivência

com pessoas e tipos sociais tão diversos, como jamais na história do ocidente havia acontecido, surgiu um “novo” homem, obrigado a desempenhar vários papéis na sociedade. E enquanto lutava para manter o seu posto na vida pública, a família, o espaço privado, constituía cada vez mais um lugar sagrado. Dessa maneira, a mulher, esposa, mãe, “o bom anjo da casa”, tornou-se a figura responsável por manter o equilíbrio, a harmonia, a paz no lar, que contrastava com a guerra enfrentada pelos homens, no dia a dia das cidades. Nenhum homem seria capaz nessa época de colocar em risco esse “oásis”, aceitando que a sua esposa saísse da esfera doméstica.

Por essa razão também é que o interior das casas “repleto e oculto, uma massa de objetos, frequentemente escondidos por cortinas, almofadas, tecidos e papéis de parede” (Hobsbawn, 2010, p.350), mais do que a sua área externa, era tão importante para a família pequeno-burguesa. Era como se o interior caloroso, do círculo familiar, contrastasse com o frio do mundo do lado de fora. No entanto, a manutenção do ninho não era a única razão de tantos cuidados em manter a mulher assim tão protegida. À medida que a família representava não somente a base social em que a sociedade burguesa se fundara, mas também a econômica instituída no sistema de propriedade e das empresas comerciais, ela se mantinha, e até mesmo se expandia, ligando-se a outras unidades similares através do casamento de suas filhas.

Podemos dizer então que a motivação, como em todos os setores da sociedade burguesa capitalista, era igualmente econômica. Para que esse sistema de “trocas” de mulheres acontecesse de forma apropriada, acima de qualquer coisa a família deveria garantir a virtude das mulheres. Era indispensável, que elas fossem, “pela estrita convenção derivada de uma tradição pré-burguesa, *virgines intactae*” (Idem, p.358). Por isso a paixão física descontrolada era absolutamente temida e por isso também a leitura de romances, grande incentivadora dessas paixões, era desaconselhada e até proibida para as mulheres. Como veremos mais à frente, por muitas vezes essas leituras foram acusadas de modificar o comportamento das moças e incitá-las à rebeldia – o que significava enfraquecer a unidade familiar, principalmente enquanto propriedade privada. Portanto, aventuras amorosas, que acabavam por introduzir “herdeiros e noivas indesejáveis, e separar maridos de suas mulheres”, resultando em desperdício de

recursos comuns, deveriam ser absolutamente evitadas. Nessa época, “as vantagens econômicas de uma família grande ou de um grupo fechado de famílias eram certamente substanciais” (Hobsbawn, 2010, p.365).

Ressaltando a importância da castidade feminina, entramos em outra característica marcante dessa sociedade, que influenciou mais profundamente as mulheres: a “hipocrisia” reinante nas questões relativas ao sexo. A moralidade sexual burguesa funcionava, como em tantas outras sociedades, através de um comportamento duplo: das mulheres era exigida castidade quando solteiras e fidelidade quando casadas; aos homens tudo era permitido e tolerado, exigindo-se somente o cuidado de discrição para não colocar a estabilidade da família ou da propriedade em risco. No entanto, segundo Hobsbawn, não se pode dizer que as regras do jogo não fossem entendidas. Para ele a “hipocrisia entrava nesse tipo de comportamento apenas por esperar-se que as mulheres burguesas permanecessem na ignorância do que os homens (e outras mulheres) faziam”.

O historiador defende que o que tornava as regras do puritanismo burguês tão difíceis de serem cumpridas era exatamente o “extremismo dos padrões morais aceitos, que tornavam a queda igualmente dramática”. Por isso, mesmo os homens eram às vezes acometidos por tormentos pessoais, derivados da culpa por sucumbir aos desejos da sua própria natureza e acabar como consequência tendo a reputação de homem respeitável abalada. Mas se o homem era, por vezes, refém de sua própria natureza, a mulher era considerada, por obra dessa mesma natureza e de forma obsessiva dentro dessa cultura, como um ser “essencialmente espiritual”.

Consequência disso, a constituição do lar burguês acabou sendo responsável pela criação de um tipo de feminilidade típica que, segundo Kehl, se mantém viva ainda hoje e

cuja principal função é promover o casamento, não entre a mulher e o homem, mas entre a mulher e o lar. A adequação entre a mulher e o homem, e a produção de uma posição feminina que sustente a virilidade do homem burguês (1985, p.72).

Virginia Woolf destacou como esse tipo de subordinação feminina foi decisivo para o desenvolvimento do mundo capitalista, comparando as mulheres a

espelhos “mágicos”, dotados do poder de refletir a imagem de seus homens com o dobro do tamanho natural: “sem esse poder, a terra provavelmente ainda seria pântano e selva” (1985, p.48).

Voltemos à representação da mulher pela burguesia. Nesse sentido, foi desenvolvida uma enorme produção teórica entre o final do século XVIII e o século XIX, que tinha por objetivo reter a mulher em um determinado lugar (o lar) que, segundo os discursos, era definido pela própria natureza feminina. Tais discursos eram produzidos para promover sintonia entre essas mulheres e as qualidades, propriedades e limitações que cada uma deveria seguir para ser verdadeiramente uma mulher. Nesta linha, foi instituída a “fragilidade feminina”, providencialmente criada para garantir a permanência da mulher no lar. Esse argumento seria usado quase cem anos mais tarde, em 1931, numa reportagem da revista *A Cigarra*, quando um conhecido médico emitiu um parecer segundo o qual “a natureza é contrária à emancipação ativa da mulher na vida pública, porque a destina para ser esposa e mãe” (Kaz, 2000, p.164).

Essa fragilidade acabava por tornar-se real na medida em que os cuidados destinados às mulheres, apoiados na desculpa de servirem de prevenção, obrigavam-nas a levar uma vida menos saudável desde o nascimento. As meninas viviam trancadas em casa, não realizavam exercícios físicos, alimentavam-se de uma forma frugal que acabava mostrando-se insuficiente, além de não serem estimuladas aos banhos que, em nome do pudor, eram raríssimos propiciando a multiplicação de doenças.

Desse aprisionamento corporal nascido da excessiva preocupação em manter os instintos sexuais femininos reprimidos, quando a sexualidade deveria ser satisfeita apenas com o parto e a vida doméstica, resultou que a “frigidez fosse mais ou menos normal entre as senhoras casadas” (Kehl, 1998, p.79). Quanto às solteiras, começaram a preencher a vida com os romances açucarados que, quando não se repetiam fora da ficção, – e isso quase nunca acontecia – levavam a uma enorme frustração.

2.1

Invisibilidade e literatura

Essa imposição da vida doméstica, motivada em parte pelas razões já mencionadas, trouxe resultados drásticos para a mulher no que se referia à outra esfera da sua vida – a pública – que continuava a existir mesmo sem a sua presença. Como lembrou Kehl, ao permanecer no lar, longe da vida social, as mulheres terminaram por aceitar manter uma distância pelas “disputas de poder que definiriam seus próprios destinos e sem acesso ao poder político, não teriam meios de garantir outros direitos fundamentais para se tornarem sujeitos de suas próprias histórias” (1998, p.83).

Permanecendo socialmente invisíveis, as mulheres tornaram-se também refêns do discurso masculino, não apenas em relação à sua feminilidade, mas também como situação política que, mesmo com a emancipação e as conquistas de classe, jamais seria totalmente revertida. Especificamente no caso burguês, acabaram inscritas nesse lugar antagônico, onde coexistiam a inocência, capaz de transformá-las em seres espirituais e o pecado, capaz de destruir as famílias; a castração, necessária para dominá-las e a onipotência, de serem as responsáveis por manter o núcleo familiar; a sexualidade ameaçadora e uma vocação natural ao pudor e à castidade. Tais representações, no entanto, não podiam fazer parte da mesma pessoa, como se gostava de acreditar. Na verdade, elas demarcam no cotidiano contornos de pessoas distintas, formadas por imagens excludentes e conflituosas, que se mantêm vivas apenas no imaginário da cultura.

Acabando por perder o direito sobre a sua fala, ela perdeu também o direito à história. Apesar de o primeiro periódico feminino de que se tem notícia ter surgido na Inglaterra, ainda no final do século XVII, em 1693, aprendemos com Virgínia Woolf que até o século XVIII nada se sabia em termos de história a respeito das mulheres. A história retratada nos livros só ocasionalmente fazia menção a uma mulher em particular, que normalmente tinha sido uma rainha ou uma grande dama. Mas sobre as condições de vida e a participação das mulheres comuns na sociedade, nada havia e isso era resultado de “uma enorme maioria de opiniões masculinas, no sentido de que nada se podia esperar das mulheres intelectualmente” (Woolf, 1985, p.56).

Na sociedade burguesa entre 1848 e 1875, o trabalho de uma esposa, consistia basicamente em agradar, alimentar, vestir e ensinar pessoas, além de mantê-las em ordem. Para esta tarefa, evidentemente, ela não precisava demonstrar possuir nem inteligência nem conhecimento, “seja boa, doce senhora, e deixe aos outros serem inteligentes”, como afirmou o romancista inglês, Charles Kingsley (Hobsbawn, 2010, p.360).

Nessa época, mais do que em outras, sua inferioridade em relação ao homem precisava ser demonstrada e a enorme produção de narrativas composta por eles sobre esse tema (a suposta inferioridade feminina), faz-nos desconfiar da “naturalidade” – para usar um termo comumente direcionado às limitações das mulheres – deste discurso. Talvez, insistir demais na inferioridade feminina significasse não tanto se preocupar realmente com a inferioridade delas, mas com a sua própria superioridade.

A superioridade era, assim como a respeitabilidade, um desejo e uma característica destacável do homem burguês, que já não podia mais separar a vida privada da pública, do *status* e das exigências sociais. Este traço importava principalmente em uma classe que contava com camadas muito distintas, incluindo denominações diferentes como “alta burguesia”, “burguesia classe média alta ou superior”, “burguesia classe média pequena ou inferior”, sem contar com os trabalhadores “respeitáveis” e com os operários - todos ansiosos para subir de posto na hierarquia. Para pertencer a essa classe “um homem tinha que ser ‘alguém’; uma pessoa que contasse como indivíduo, por causa da sua riqueza, capacidade de comandar outros homens ou de influenciá-los” (Idem, p.369).

Voltando às mulheres na história, ou à ausência delas, o próprio historiador Eric Hobsbawn, em duas publicações que retratam o século XIX – *A Era do Capital* e *A Era dos Impérios* -, pode nos servir como exemplo. No primeiro livro, que cobre o período compreendido entre os anos 1848 e 1875, não há nenhuma mulher citada em um texto sobre pessoas que se destacaram por suas conquistas no campo do trabalho, apesar de advirem de origens humildes. No entanto, elas existiram. Algumas mulheres foram forçadas a ganhar a vida por sua inteligência, depois de terem perdido seus maridos - uma das situações em que trabalhar era perdoável para uma “dama”, ainda que invariavelmente o título de “dama” fosse

dela retirado após curto período de tempo. O fato é que muitas conseguiram realizar essa tarefa, trabalhando muito duro e ganhando sozinhas o bastante para viver. Segundo Hobsbawn, nessa época, a viuvez consistia no risco mais sério para as mulheres, “parasitas involuntárias, que dependiam do homem que as sustentava” (2010, p.335).

Seguindo com o historiador e partindo para a época seguinte, retratada em *A Era dos Impérios*, período que compreende os anos que vão de 1875 até 1914, deparamo-nos com um capítulo inteiro dedicado às mulheres, cujo título é “A nova mulher”. No entanto, constatamos com alguma surpresa que o autor começa o referido capítulo justificando-se: “À primeira vista, pode parecer absurdo estudar a história de metade da raça humana de nossa época, inscrevendo-a no contexto da história das classes médias ocidentais”. A partir daí destaca a importância das transformações ocorridas na “condição feminina” (palavras dele), durante esse período e especificamente nessa classe, sendo a mais importante delas “a emancipação feminina”. Voltaremos a este ponto mais adiante.

A “inexistência” da mulher numa parte significativa do tempo histórico registrado nos livros se deu acima de tudo como resultado da falta de uma “fala” que a representasse. As mulheres pertenceram durante muito tempo ao grupo “excluído” do discurso e que tem a sua existência “falada” por outro.

Na era vitoriana, a produção masculina do discurso sobre as mulheres atingia o que Foucault chamaria muitas décadas mais tarde de região crítica da “grade” formada na produção do discurso a partir das interdições “que se cruzam, se reforçam ou se compensam”. É nas regiões da sexualidade e da política que essa grade é mais cerrada, “onde os buracos negros se multiplicam”, fazendo com que essas regiões terminem por exercer “de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes” (2009; 10).

Nesse sentido, vale a pergunta: que imagem ou modelo de mulher surgirá dessa interpretação masculina? Ou ainda, será que as mulheres conseguiam sinceramente se identificar com essa imagem? Talvez algumas se identificaram. Outras não. E é sobre elas que pretendemos falar.

Ainda que não existissem na “vida” como sujeitos, as mulheres existiram na

ficção com brilhantismo: são inúmeras e importantes as personagens femininas na mitologia grega, ainda que sempre tenham sido faladas, descritas, narradas e em certas épocas até interpretadas, pela visão, fala e representação masculinas. São também relevantes as produções literárias que enalteciam suas qualidades e os autores que criaram heroínas inesquecíveis que, ao contrário das mulheres reais, entraram para a história.

De fato, se a mulher só existisse na ficção escrita pelos homens, poder-se-ia imaginá-la como uma pessoa da maior importância: muito versátil; heróica e mesquinha; admirável e sórdida; infinitamente bela e medonha ao extremo; tão grande quanto o homem e até maior, para alguns. Mas isso é a mulher na ficção. Na realidade, (...), ela era trancafiada, surrada e atirada pelo quarto (Woolf, 1985, p.57).

Não há dúvida de que a literatura de prosa e especialmente o romance floresceu de forma admirável na segunda metade do século XIX. Esse florescimento, ocorrido pelo “conveniente meio dos romances”, deveu-se à incrível adaptação desse gênero à sociedade burguesa, “cuja ascensão e crises formavam o assunto preferido dos escritores”. “Realismo” era a resposta que mais comumente “vinha aos lábios dos observadores da época e posteriores, acerca desse período, e sempre quando lidavam com a literatura ou as artes visuais” (Hobsbawn, 2010, p.436). O que tornou o romance a forma de arte característica desse período e a mais bem sucedida delas foi também o fato de que seu mérito se obteve não em função da técnica, mas pela singela descrição da vida cotidiana, que ele tão bem realizava, tornando fácil a sua tradução.

Não poderemos responder se “a fúria de ler”, que se apossou das mulheres nesse período, foi responsável por estimular esse florescimento ou apenas resultado dele. Mas a verdade é que ela foi rapidamente satisfeita com uma literatura que, segundo alguns autores, era produzida especialmente para as mulheres. Esse hábito crescente foi também propiciado por mudanças ocorridas no seio familiar – por exemplo, quando os serões de leitura foram substituídos pela leitura individual e elas tiveram acesso a um pouco mais de privacidade, isolando-se para ler. O aumento da escolarização das classes médias, principalmente favorecido pelo surgimento das escolas públicas primárias, e a obrigatoriedade na escolarização, ajudando a reduzir o número de meninas

analfabetas, também figuram entre os responsáveis por esse aumento. Não obstante, o que nos importa ressaltar aqui é que consequência essa intensa leitura teve no imaginário feminino da época e por que transformações ela pode ter sido responsável.

Para a mulher cuja vida se resumia à esfera da domesticidade, a leitura de romances terminava por funcionar como uma “rota de fuga” do tédio e do sentimento de escravidão a que a existência a submetia. Devemos lembrar de que, como mencionamos acima, as personagens dos romances, eram muito mais interessantes e tinham uma vida infinitamente mais rica de acontecimentos, na qual principalmente o amor recebia papel de destaque. Segundo Maria Rita Kehl,

a literatura inventou o amor burguês, e o casamento burguês abriu espaço para a invasão literária que enriqueceu o imaginário das mulheres compensando frustrações, rompendo o isolamento em que viviam as donas de casa, abrindo vias fantasiosas de gratificação, mas, sobretudo, dando voz às experiências isoladas das filhas e esposas da família oitocentista (1998, p.97).

Ironicamente, o sentimento que ganhou o nome de “amor burguês”, o “amor romântico”, “inventado” pela literatura do século XIX, que tanto se apropriou das características da sociedade burguesa no seu estilo realista, terminaria por ser um dos responsáveis pelo afrouxamento do núcleo familiar tão importante para a sustentação dessa sociedade. Chegou a este ponto utilizando-se de sua moralidade particular para criar intrincados triângulos amorosos, traições impulsionadas por paixões viscerais, uniões impossíveis e casamentos infelizes que alimentaram gerações de leitoras vorazes. O comportamento da burguesia era tão estimulante para a criação literária daquela época, que Émile Zola,

chegou a afirmar, em um artigo para o jornal Le Figaro, que a legalização do divórcio acabaria com a literatura moderna, já que acabaria com uma grande parte da infelicidade conjugal e dos adultérios resultantes dela, esvaziando consideravelmente a pauta dos romancistas (Idem, p.114).

Talvez fosse ingenuidade presumir que absolutamente todas as mulheres se separariam quando tivessem escolha e mais ingenuidade ainda conjecturar que a simples autorização judicial para o divórcio fosse fazer dele uma atitude aceitável, e não estigmatizante para a mulher que fizesse essa escolha. O preço desse

movimento em direção à liberdade se mostraria mais alto do que se podia imaginar naquela época.

De fato, “a crescente importância da literatura do século XIX, coincidiu com a também crescente importância que o amor conjugal e o casamento passaram a ter nos projetos da vida burguesa” (Kehl, 1998, p.97). Mas, se a jovem solteira passou a sonhar com o casamento libertador da vida insossa que levava na casa dos pais, logo depois do tão sonhado enlace ela perceberia que nada realmente mudaria e que, pelo contrário, alimentadas pelas expectativas criadas, a insatisfação e a frustração às vezes até aumentavam.

Responsável ou não por transformar mulheres em histéricas, incapazes de transpor uma vida que cerceava completamente a liberdade, iludidas por uma vida repleta de aventuras inatingíveis, a literatura foi responsável por ajudá-las a lentamente começar a se expressar e constituir o que se poderia chamar de “identidade feminina”.

Muitas dessas leitoras, que em algum momento se confundiram com as heroínas criadas em grande parte por homens, desejavam na verdade exercer o direito e a possibilidade de escrever, elas mesmas, as suas histórias. Isso acabou por produzir na Europa, principalmente na Inglaterra, uma importante fornada de jovens escritoras, “mulheres que começaram a contribuir para o dinheiro das despesas pessoais ou ir em socorro da família, fazendo traduções ou escrevendo romances de má qualidade” (Woolf, 1985, p.46). Depois disso, ficou claro que as mulheres podiam ganhar algum dinheiro escrevendo. Mas, mais importante que lançar uma possibilidade de ganhos econômicos, a escrita possibilitou às mulheres dividir suas experiências cotidianas, suas frustrações e desejos. Ela fez com que muitas leitoras comessem finalmente a se identificar com um discurso em que elas não mais representavam o lugar do desejo do outro, mas davam início a uma fala que constituía “ideais do eu”. Essas vozes começaram a repartir a crise de feminilidade que se difundia com o modelo vitoriano, tentando criar um novo modelo no qual podiam se reconhecer.

Mas não seria assim tão fácil, como de fato não foi. Ser escritor não era fácil para um homem e não seria fácil para uma mulher que encontrava alguns

obstáculos a mais, tais como

a dependência material que infantilizava a mulher burguesa e de classe média e limitava seu campo de ação e circulação; as vicissitudes da maternidade e os discursos morais (particularmente contra a atividade sexual não procriativa) que a acompanhavam; a falta de condições de cidadania que apartava as mulheres da esfera pública e as condenava a um isolamento no espaço doméstico onde a fantasia era a forma privilegiada de realização de desejos e o devaneio nem sempre encontrava seus limites, esbarrando nas duras arestas das regras que pautavam a vida social (Kehl, 1998, p.119).

De certa maneira alguns escritores da época acabavam por vivenciar uma forma de vida retirada que se assemelhava à vida da mulher burguesa: sem vínculo profissional ou político com o mundo externo, sem responsabilidade pelo próprio sustento, vivendo isoladamente. Tomemos o exemplo de Flaubert, o escritor que em 1856 começou a publicar na *Revue de Paris* os primeiros capítulos de *Mme. Bovary*, romance que um ano mais tarde seria levado a julgamento perante a corte francesa, acusado de constituir “uma obra ofensiva à moral, aos costumes e à religião”.

Sua primeira grande personagem, que dá título ao romance, “é justamente a mocinha provinciana cheia de sonhos tolos, alimentados pela leitura de romances em moda nesse século”. Através dela, ele ficou conhecido como um dos grandes críticos do estilo de vida burguês, do qual ironicamente fazia parte. Para Flaubert, “o sistema de pensamento burguês era uma caricatura de ‘idéias feitas’, sempre voltadas para o objetivo de aparentar ser o que não se é”. (Idem, p.131). No entanto, Emma, a respeito de quem o próprio autor não parecia manifestar muita simpatia, era produto das mesmas circunstâncias que ele.

O desdém de Flaubert pelo projeto de vida burguês – que soube tão bem esmiuçar e ironizar – ter-se-ia se desenvolvido, segundo seu biógrafo, Jean-Paul Sartre, como expressão de recusa à vontade do pai em transformá-lo em advogado. Este, por sua vez, o desprezava e o condenava com seu desamor – talvez por Flaubert não representar o ideal de filho burguês. No entanto, é a posição de herdeiro, das posses do pai burguês que lhe confere a liberdade necessária para continuar vivendo apenas de sua escrita.

Flaubert não é o único exemplo de que ser um escritor na era vitoriana

representava desafios maiores do que simplesmente falta ou sobra de talento. Dos doze mais importantes poetas ingleses que brilharam no século XIX - Coleridge, Wordsworth, Byron, Shelley, Landor, Keats, Tennyson, Browning, Arnold, Morris, Rossetti e Swinborne - apenas três não tinham frequentado a universidade. Desses três, Keats, – que morreu com apenas 25 anos – era o único com menos posses; Browning pertencia a uma família abastada e Rossetti tinha uma pequena renda pessoal, além de se manter também pela ocupação como pintor.

Talvez pareça uma coisa brutal dizê-lo, e é triste dizê-lo, mas, na dura realidade, a teoria de que o gênio poético floresce onde é semeado, e de igual modo entre pobres e ricos, contém pouca veracidade. Na dura realidade, nove entre doze foram homens saídos da universidade: o que significa que, de um modo ou de outro, conseguiram os meios de obter a melhor educação que a Inglaterra pode proporcionar (Woolf, 1985, p.140).

A liberdade intelectual depende de coisas materiais e a poesia depende da liberdade intelectual. Gustave Flaubert, que não concluiu o curso de direito apesar da insistência do pai, sabia disso. Havia uma relação difícil entre o artista e o mercado burguês, ávido por consumir arte, como forma de elevar seu *status* social – não há como desvincular a percepção de arte nesse período, sem levar esse fator em consideração. Para essa sociedade, consumir arte era também uma espécie de coroação de seu sucesso material e representava os valores espirituais da vida. No período áureo da burguesia, “como bem colocou o romancista E.M. Forster, entravam os dividendos, elevavam-se grandiosos pensamentos. O destino mais adequado a um filósofo era o de nascer filho de banqueiros, como George Lukács. A glória do saber alemão, o *Privatgelehrter* (estudioso privado), era depender de renda própria” (Hobsbawn, 2010, p.352).

Voltamos à liberdade intelectual ou, no caso das mulheres burguesas, à falta dela, pois se essa dependia exclusivamente de coisas materiais e as mulheres nunca as possuíam por conta própria, esse fato lhes tirava completamente a chance de escrever poesia. Talvez por isso, ao se aventurar na literatura, as mulheres tenham escolhido o romance como o gênero pelo qual elas seriam “finalmente ouvidas”. Quando todas as formas mais antigas de literatura estavam consolidadas e firmadas, apenas o romance seria suficientemente maleável em suas mãos.

As quatro escritoras inglesas, Jane Austen, George Eliot, Emily e Charlotte Brontë, que, segundo Virginia Woolf, não podiam ser mais diferentes, a não ser pelo fato relevante de não terem tido filhos - e isso deve mesmo ser relevante, levando-se em conta que três delas nasceram no século XIX, quando a parte central da vida de uma mulher era o casamento e a consagração maior, a maternidade. Todas, quando começaram a escrever, escolheram o romance. Para Woolf, que se dizia herdeira de todas elas, isso pode ter sido influenciado pelo fato de todas pertencerem à classe média: em uma família de classe média, tudo acontecia na sala de estar, que era apenas uma. Suas sensibilidades devem ter sido cultivadas sob as influências desse aposento, observando os sentimentos das pessoas, as relações pessoais, o caráter e a emoção, impressos nele. Se levarmos em conta o realismo característico dos romances burgueses, que, ainda com Woolf, têm “uma correspondência com a vida real e por isso seus valores são, numa certa medida, os da vida real” (1985, p.109), podemos imaginar que tudo o que elas precisavam estava diante dos seus olhos atentos, a serviço, é claro, da sua sensibilidade.

Com exceção de Jane Austen, como já mencionamos, as outras três escritoras nasceram e produziram suas obras no século XIX. Mas, apesar de serem figuras que ficaram marcadas na história pelo seu trabalho, não se pode dizer que obtiveram o que nos nossos dias chamamos de “uma vida bem sucedida”. George Eliot, das três, foi a única que conseguiu escapar de melhor forma a um destino de solidão amorosa. Ainda que tenha passado por “grandes atribulações”, a autora de *Middlemarch* retirou-se para o interior e ali se estabeleceu “à sombra da reprovação do mundo”, para viver com um homem casado. Ela teria dito: “Desejo que fique entendido, que eu jamais convidaria para vir ver-me alguém que não solicitasse esse convite” (Idem).

Emily Brontë, que tem hoje a sua única obra em prosa, *O Morro dos Ventos Uivantes*, publicada sob o pseudônimo de Elis Bell, incluída na lista dos clássicos da literatura inglesa, não foi bem compreendida quando do lançamento do livro. Muito tímida e introspectiva, nunca se casou e não conseguiu seguir a carreira de professora, a única que tentou. Acabou morrendo muito jovem, aos 30 anos, vítima de tuberculose.

Charlotte foi das irmãs Brontë a que viveu mais tempo. Publicou três romances, sendo *Jane Eyre* o mais conhecido e que obteve mais sucesso. Por ser mais extrovertida, teve uma breve carreira como professora, mas também nunca se casou, apesar de ter sido apaixonada por um professor casado, quando morou na Bélgica. Para Virginia Woolf, ela tinha mais talento do que Jane Austen, embora não conseguisse expressá-lo por estar em “guerra com a sua sina: ela escreverá com ódio, quando deveria escrever calmamente, por isso não poderia ter tido outro destino, o de morrer jovem, confinada e frustrada” (1985, p.93). Woolf acredita que se tivesse conseguido ter tido uma renda melhor – mesmo que trezentas, das quinhentas libras³ ideais, por ano – e mais experiência prática, relações com uma maior variedade de pessoas ou ainda trocas com gente “do seu tipo”, a enormidade de seu talento teria aflorado completamente. No entanto, ela não podia fugir às limitações do seu sexo naquela época.

Todas elas e suas obras teriam sido beneficiadas, assim como suas leitoras, caso lhes tivessem sido concedidos experiência, intercâmbios e viagens. “Mas não foram concedidos; e devemos aceitar o fato de que todos aqueles bons romances – *Vilette*, *Emma*, *O Morro dos Ventos Uivantes*, *Middlemarch* – foram escritos por mulheres sem experiência de vida e tão pobres que não podiam permitir-se comprar, de cada vez, mais que alguns maços soltos de papel onde escrevê-los” (Idem).

“E que efeito exerce a pobreza na mente?”, pergunta-nos a autora inglesa, “e que efeito exerce a riqueza na mente?”. Teriam os nossos poetas produzido tudo o que produziram, caso fossem obrigados a viver reclusos, com escassez de recursos? Isso não aconteceu com eles, não havia acontecido desde Shakespeare⁴ e não aconteceria dali pra frente. Eles tinham recursos e, se não os tivessem, tinham a educação formal.

No último quarto do século XIX a educação formal, que até esse ponto

³ No seu livro *Um Teto Todo Seu*, a autora levanta a teoria de que para escrever ficção, uma mulher precisaria obter uma renda de quinhentas libras anuais, que lhe garantissem tranquilidade e um quarto só seu, no qual pudesse passar a chave na porta e ficar a vontade para ter liberdade de pensamento.

⁴ Mesmo argumentando que nada de concreto se sabe sobre a vida do grande autor inglês, a escritora Virginia Woolf discorre sobre o fato de ele ter tido acesso à educação formal, pois sua mãe “era herdeira”.

havia sido irrelevante para a elevação à burguesia, passou a ser o principal indicador de pertencimento de classe, ainda que sua função mais importante não fosse utilitária. O custo de oferecer essa educação funcionava por si só como um distintivo social e a instrução escolar oferecia um “bilhete” de entrada em outra esfera da sociedade. O número de estudantes em universidades, quase triplicou na maioria dos países europeus entre 1870 e 1913.

É importante destacar que todas as formas de educação então existentes eram “garantidas” para os homens, já que da maioria das mulheres se esperava que subissem na hierarquia apenas por meio de um casamento vantajoso, ajudando assim a família de seus pais a subir também. Esse era o seu “bilhete” de entrada.

Essa situação nos faz voltar à pergunta feita por Woolf, mas desta vez reformulando-a: que efeito tem esse atraso em começar a se educar? Ou ainda, que efeito pode ter tido esse desinteresse – por certo mais da parte dos pais dessas moças do que de sua própria – em investir na sua educação acadêmica, tanto quanto estavam investindo na de seus filhos, ainda que sem a intenção clara de aumentar a capacidade intelectual desses rapazes burgueses? E o que podia esperar uma mulher sem educação?

“O que estavam fazendo nossas mães que não tiveram nenhuma riqueza para nos legar?”, perguntou-se Virginia Woolf em 1928. Enquanto os grandes industriais sem cultura estavam fazendo grandes doações em dinheiro para as universidades com a finalidade de “instituir fellowships e docências e prêmios e bolsas de estudo apropriadas para uso dos membros do seu próprio sexo” (1985, p.29), suas mulheres estavam tendo filhos e cuidando deles para que pudessem crescer sadios e um dia ir para a universidade.

Nesse sentido, ainda que Woolf continuasse se perguntando o que podia ser pior - ser trancada do lado de fora das universidades ou ser trancada do lado de dentro da sua casa - arriscaria responder que ambas alternativas são a mesma coisa.

2.2

Literatura e emancipação

Voltando às nossas escritoras e leitoras de romances, é verdade que

a expansão dos códigos literários sobre a vida daquelas mulheres oitocentistas correspondeu a uma enorme inflação do imaginário, justamente quando as regras que regiam o código simbólico estavam sendo colocadas em xeque pelos discursos feministas nascentes, pelas reivindicações sufragistas, pelos métodos anticoncepcionais, que transformavam os conceitos de família e sexualidade, pela escolarização universal e pelas disputas no campo do código civil que modificavam a posição da mulher no casamento, criavam a possibilidade do divórcio e emancipavam economicamente a esfera do marido (Kehl, 1998, p.120).

Enquanto isso tudo estava acontecendo, a voz das mulheres começava a atingir volume um pouco mais alto do que jamais atingira no século XIX, quando começaram a se ver representadas e a se identificar com o que era escrito sobre elas. Enquanto só os homens podiam publicar livros, as mulheres eram mostradas apenas em suas relações com eles.

Isto agora estava claramente mudando. Quando houve o julgamento de *Mme. Bovary* no processo movido pelo Ministério Público pela acusação de “ofensa à moral, aos costumes e à religião”, a defesa argumentou que a sociedade havia feito uma leitura equivocada de Flaubert e que a obra na verdade seria denúncia e “advertência para as moças românticas de sua época”. O recado era claro: é isso o que pode vir a acontecer a uma mulher educada além de seus meios e recursos, Emma Bovary fazia parte das primeiras gerações de jovens educadas – e para muitos conservadores, uma educação igualitária poderia minar os fundamentos da sociedade. O advogado de defesa se valeu da decepção sofrida por Emma Rouault quando se tornou Emma Bovary e descobriu que a vida de casada nada tinha a ver com o que havia sonhado – esses sonhos, claro, eram fruto da leitura de romances. Depois disso a mensagem à sociedade, ficou clara: “cuidado com o que suas filhas e esposas lêem”! Ou ainda: “mulheres, conformem-se com a vida que lhes cabe, determinada por suas origens familiares e pelo casamento que a ela corresponde” (Idem, p.168). Era tarde demais, a semente já havia sido plantada.

“Sem dúvida, a literatura elisabetana teria sido muito diferente do que é, se

o movimento feminista tivesse começado no século XVI e não no XIX” (Woolf, 1985, p.132).

De certa maneira, com sua igualdade e liberalismo a revolução burguesa radicalizou esse modelo de relacionamento e construção de mundo em que a mulher era delegada à esfera doméstica, tendo sua capacidade de existência como sujeito social retirada e permitindo que sua história fosse contada por outro. Disso resultou, curiosamente, muitos questionamentos que acabaram sendo responsáveis pela abertura de uma fresta através da qual a mulher pouco a pouco pôde começar a dizer alguma coisa, de forma pública, ainda sofrendo controles, que por sua vez também começavam a arrefecer.

Até agora falamos da existência da mulher burguesa, localizando-a na esfera doméstica. Procuramos destacar como as narrativas e os discursos vigentes no período esforçaram-se para mantê-las nesse âmbito. Vimos também como, através da identificação com a escrita que começou a ser produzida por mulheres, elas começaram - não a desejar, pois isso provavelmente já acontecia - a vislumbrar novas configurações entre relações amorosas e conjugais, relações que tomaram enorme espaço e importância em suas vidas. Considerando o clamor difundido a partir da década de 1860, reivindicando que os casais se casassem apenas por amor, definido pela livre escolha, sendo este por sua vez um dos pilares da plataforma feminista, podemos dizer que os romances, responsáveis pela difusão desses conceitos, favoreceram a “emancipação feminina”. Essa associação entre casamento por amor⁵ e emancipação feminina, ainda que fizesse parte das teorias desenvolvidas pelos conservadores da época, faz sentido. “No mínimo podemos afirmar que, para a mulher casada da era vitoriana, se o amor não ocupava toda a sua existência, o casamento sim” (Kehl, 1998, p.100), por isso a felicidade e o amor no casamento teriam se tornado fundamentais.

Não obstante, muitos outros fatores colaboraram para o que viria a se tornar “emancipação feminina”, a mais importante transformação na situação social da mulher no século XIX “iniciada e mesmo quase inteiramente restrita ao extrato médio da sociedade”, onde se multiplicou o número de escritoras e leitoras - essas

⁵ As moças consideradas “rebeldes” não se casavam sem amor. Jane Austen nunca se casou, pois só conseguiria fazê-lo por amor.

últimas em número surpreendente na mesma época. Dentro da sociedade burguesa produziu-se o que o historiador Eric Hobsbawm chamou de “uma espécie nova” de mulher. A partir de 1880, “a nova mulher” foi objeto mais uma vez de teorias e discussões, terminando por se transformar em protagonista de importantes obras, como a Nora, de Ibsen, e a Rebecca West, anti-heroína de Bernard Shaw.

Na palestra que se transformou no livro *Um Teto Todo Seu*, Woolf chamou a atenção da moças que a ouviam para a quantidade de títulos tematizando mulheres que em 1928 podiam ser encontrados no acervo da biblioteca do Museu Britânico. Surpresa com a grande quantidade, perguntou-lhes: “Têm vocês alguma noção de quantos livros são escritos sobre as mulheres em um ano? Têm alguma noção de quantos são escritos por homens? Estão cientes de serem, talvez, o animal mais discutido do universo?” (1985, p.36).

Essas transformações, que culminaram com a emancipação, ocorreram em diversos segmentos da sociedade. É neles que nos deteremos a partir de agora.

No terceiro quartel do século XIX, as mulheres do chamado mundo desenvolvido começaram visivelmente a ter menos filhos. Isso pode ter se dado por fatores diversos. Um deles, entretanto, vem de encontro à direção seguida pela sociedade burguesa nos últimos 25 anos do século XIX e se refere à importância que passou a ter a educação formal dentro das famílias. Parece ter havido acordo entre os casais no sentido de limitar o tamanho da família, de modo a poder dedicar mais recursos, mais tempo e mais cuidados a cada um dos filhos.

Isso implicou também uma mudança cultural importante. Desejava-se que os filhos, através da educação formal, fossem mais bem sucedidos que os pais, o que significava melhora social e profissional da próxima geração. Pela primeira vez era incentivado e esperado que os filhos não ficassem limitados a repetir a vida de seus pais. Este objetivo seria mais fácil de atingir, quando aliado às necessidades de uma família pequena, estimulada, pelo desejo de um padrão de vida mais elevado. Principalmente nas cidades, isto acontecia particularmente nas camadas mais baixas da classe média, garantindo, pelo número reduzido de filhos, acesso mais fácil a uma oferta cada vez maior de bens de consumo.

Para as mulheres europeias, esse “controle de natalidade” significava

principalmente que novas possibilidades se descortinavam na esfera do trabalho. As protoindústrias⁶ e as indústrias domésticas se constituíram no primeiro importante campo de atuação feminino e, segundo Hobsbawn, “o primeiro aspecto da revolução econômica” (2010, p.308) a afetar os padrões de vida femininos. A realização desse tipo de trabalho oferecia algumas vantagens às mulheres, sendo a principal o fato de que elas os realizavam em casa, podendo com isso combiná-lo com a supervisão da criação dos filhos. No entanto, foi na raiz da protoindustrialização, ou por causa dela, que talvez tenha começado a desvalorização do trabalho feminino e sua consequente baixa remuneração.

O fato mais relevante foi que com o aumento das indústrias de grande escala no final do século XIX as “domésticas” acabaram perdendo terreno. Ainda que se tenham beneficiado de alguma maneira com as novas tecnologias - especialmente com a máquina de costura - a mecanização não impediu que, com a perda de um retorno econômico que fosse satisfatório, essas protoindústrias deixassem de ser um empreendimento familiar e se transformassem em um trabalho mal pago, que os homens abandonaram, mas que as mulheres continuaram a executar justamente porque podiam fazê-lo em casa.

Para Hobsbawn, “o segundo, e também mais drástico, efeito da industrialização em relação à posição feminina” ocorreu quando houve a separação completa entre a casa e o local de trabalho.

Quando os homens saíram da esfera agrícola, ou ainda da protoindústria, em direção ao trabalho nas fábricas e escritórios, essa separação trouxe consigo “um padrão de divisão sexual-econômico”, o que acabou por “agravar a tradicional inferioridade em relação aos homens por meio da nova dependência econômica” (2010, p.309). Para a mulher isso significou também que a gerência doméstica tornava-se sua função primordial. Se no trabalho agrícola os rendimentos da casa não podiam ser considerados como ganhos por um ou por outro sexo, mas por ambos, nessa nova configuração o principal ganha-pão passou a ser o do marido, tornando os rendimentos financeiros das demais pessoas da família apenas complementares. Esse fato só fez reforçar a condição do trabalho feminino como

⁶ Indústrias domésticas em que a produção se concentrava nos trabalhos manuais como tecelagem, tricotagem, rendas e palha trançada. Esses dois últimos realizados especificamente por mulheres.

inferior e mal pago: ela poderia receber menos, já que não era a principal provedora da renda familiar.

Para uma mulher, a única maneira de conseguir bons rendimentos passou a ser um bom casamento. Isto significava casar-se com um homem que conseguisse bons rendimentos com o próprio trabalho, uma vez que obtê-los de forma própria era realmente difícil para ela. No entanto, o casamento que a garantia financeiramente tornava essa tarefa ainda mais difícil, já que em troca dificultava sua saída de casa, por conta dos trabalhos domésticos e dos cuidados com os filhos e marido, que a amarravam ao lar. Ademais, para a sociedade burguesa dispensar a mulher de trabalhar significava que a renda da família ia bem. Era também de aparência que essa sociedade vivia. O resultado era que algumas moças trabalhavam para fora antes de casar, interrompendo as atividades depois do matrimônio.

De qualquer maneira e apesar de toda dificuldade, mal pago e quase nada incentivado o trabalho feminino mesmo assim existia e em boa quantidade: nas décadas de 1880 e 1890, a Inglaterra registrava que 34% das mulheres acima de 10 anos eram “ocupadas”; na Alemanha no mesmo período o número das que trabalhavam na indústria era de 18% e na França de 31%. Contudo, a maioria ganhava a vida individualmente no setor de serviços. Segundo Woolf, até 1918 as mulheres intelectualmente capazes poderiam, para ganhar algum dinheiro, mendigar, realizar trabalhos esporádicos em jornais, endereçar envelopes, ler para senhoras idosas, fazer flores artificiais ou ensinar o alfabeto a crianças pequenas num jardim de infância, “pois essas eram as ocupações oferecidas a elas” (1985, p.50).

A situação das mulheres da classe média e da classe operária começaria a mudar, principalmente, graças ao aumento das ocupações que chamamos hoje de “tipicamente femininas” - os empregos em lojas e escritórios - ajudadas também pelas transformações estruturais e tecnológicas que aumentavam a perspectiva de trabalho feminino assalariado. Outro fator contribuinte foi o desenvolvimento da educação primária que fez expandir o magistério, uma profissão que não atraía muitos homens por ser considerada subalterna, acabando por se tornar basicamente feminina em muitos países.

Ainda que os aspectos mais importantes que propiciaram a emancipação das mulheres estivessem concentrados principalmente na classe média, as últimas décadas do século XIX viam uma importante mudança na posição e nas expectativas sociais delas como um todo. Entre esses aspectos, o mais espetacular: a campanha ativa das “sufragistas” ou “sufragettes” em prol do direito feminino de votar. Esse movimento serviu para demonstrar a força política do feminismo organizado, que contava com apoio enérgico dos novos partidos operários e socialistas. Principalmente na Europa, estes partidos propiciavam às mulheres um ambiente favorável a que tomassem parte na vida pública. Naturalmente, a ascensão dos movimentos operários e socialistas foi fundamental para a emancipação dos desprivilegiados e incentivou incontestavelmente as mulheres na busca de liberdade.

A aceleração do movimento pela emancipação na década de 1880 parece um desfecho esperado:

pois tal como a democratização da política, um grau mais elevado de direitos e oportunidades iguais para as mulheres, estava implícito na ideologia da burguesia liberal, por mais inconveniente e inoportuno que aparentasse ser aos patriarcas em suas vidas privadas (Hobsbawn, 2010, p.316).

Ademais, assim como em uma fase anterior (1848-1875) a domesticidade e a castidade das filhas eram necessariamente defendidas para possibilitar um bom casamento, aumentando a força econômica da família e do grupo, também era um motivo econômico o que obrigava os pais a admitir certo grau de emancipação das filhas: sustentá-las com todo conforto quando não casavam nem trabalhavam era muito dispendioso.

Se de um lado, a ascensão de uma economia de serviços e outras ocupações terciárias proporcionou às mulheres uma variedade maior de empregos femininos, a ascensão da economia de consumo fazia delas o alvo principal do mercado capitalista. Nesse sentido, “era preciso tratá-las com mais respeito, pelo menos por parte desse mecanismo da sociedade capitalista” (Idem).

Mas não se pode dizer que elas haviam aumentado significativamente seu poder de compra. As “damas burguesas” sempre foram tratadas como freguesas

de valor, também porque tinham a decisão das compras da casa, e os “luxos pessoais femininos”, como artigos de toalete e moda, ainda se restringiam a elas. No entanto, o poder de compra daquelas mulheres, naquela época, em nada contribuía para mudar seu *status*, diferentemente do que aconteceu com Emma Bovary. Na tentativa de transformar-se em outra, Emma passou a consumir com voracidade objetos que não condiziam com sua condição social, para assim realizar a passagem do “ser ao ter”. Isto tornava a atividade do consumo desinteressante, pois para a classe média o que contava era mesmo a possibilidade de ascensão social.

Importa ressaltar que quaisquer que fossem as dificuldades e implicações no processo de emancipação, ele mudou de forma decisiva as aspirações das mulheres. O mais importante reflexo disso se deu no interesse pela educação. Houve expressivo crescimento na educação secundária para meninas. Ainda que a educação recebida por elas não fosse considerada tão boa quanto a dedicada aos meninos (a não ser para as poucas que conseguiam ingressar na universidade), era surpreendente o simples fato de essa educação formal para mulheres ter se tornado “quase normal” em certos países.

Outro fator importante a destacar é que essas mulheres estavam também ganhando mobilidade dentro da sociedade. Elas não ficavam mais apenas confinadas ao lar, trancafiadas em suas atividades domésticas. Estavam aumentando seus horizontes, conhecendo mais pessoas e lugares, podiam ver o mundo de uma forma inatingível até algumas décadas atrás. Lembremo-nos de *Jane Eyre*, que precisava subir no telhado⁷, apenas para imaginar o mundo, e de como a vida poderia ter sido diferente se Charlotte Brontë tivesse nascido alguns anos mais tarde. Podemos imaginar também como essa mudança na forma de relacionar-se com o mundo e com os homens modificou o discurso daquelas que nasceram depois dela e que, seguindo o conselho de Virginia Woolf, trabalhariam para ganhar quinhentas libras anuais e assim não mais sentiriam “o ódio e a amargura”. E que quando os homens finalmente deixassem de ser a “facção oposta” elas não precisariam mais “desperdiçar o seu tempo reclamando deles”

⁷ “*Eu ansiava por um poder de visão que ultrapassasse aquele limite, que pudesse alcançar o mundo agitado, cidades, regiões plenas de vida de que eu ouvira falar mas nunca vira...*”, trecho de *Jane Eyre*.

(Woolf, 1985, p.121).

É importante destacar que apenas duas décadas antes era inconcebível uma mulher aparecer em público sem seu marido ou sua família. Essa liberdade de movimentos foi também literal quando a moda as livrou das armaduras de tecidos e barbatanas que encerravam o corpo feminino, trocando-as por roupas soltas e flutuantes.

“Em que medida esse aumento da liberdade de movimentos significou mais liberdade sexual para as mulheres da classe média, é difícil precisar”, podemos apenas refletir sobre o fato de que o aprisionamento corporal a que elas haviam sido submetidas por muito tempo não se dissolveria assim, de uma hora para outra. Esperaríamos até a década de 60 do século XX, para que elas pudessem responder por elas mesmas. Fato é que essa “nova mulher”, mais livre, despertou “estridentes declarações dos homens”. Tantas e de autores tão importantes, que deixaram impressionado o historiador Eric Hobsbawn (2010, p.324), assim como haviam deixado Woolf. Eram muitos os discursos e narrativas de reconhecimento da sensualidade feminina. Muitos dentre eles tentando ainda reafirmar com termos literários ou científicos a superioridade masculina. Para o historiador, “se isto parece ou não expressar o temor à ascendência feminina é assunto secundário”. Mas não para a escritora. Woolf acredita que “a história da oposição dos homens à emancipação das mulheres talvez seja mais interessante do que a história da própria emancipação” (1985, p.73).

De qualquer maneira, ainda que os discursos fossem em sua maioria contra a chamada “emancipação feminina”, a verdade é que as mulheres agora recebiam uma maior atenção pública. Sem dúvida o faro comercial foi o primeiro a sentir o cheiro desse mercado especial, formado por mulheres – por exemplo, o das páginas femininas dos novos diários de massa dirigidos à classe média baixa, ou das revistas femininas, para jovens e mulheres recentemente alfabetizadas.

2.3

Literatura, emancipação e imprensa feminina

Nesse momento, vamos nos deter um pouco sobre a importância desses periódicos dirigidos às mulheres na construção da voz que possibilitou a emancipação no século XIX. Pois, como quer Buitoni, “a imprensa feminina, mais do que a imprensa em geral, está estreitamente ligada ao contexto histórico que cria razões para seu surgimento, e que interfere em cada passo de sua evolução” (1986, p.24).

Em 1693 surge na Inglaterra o primeiro periódico destinado às mulheres, chamado *Lady's Mercury*. No seu primeiro exemplar, esse jornal já contava com um consultório sentimental, o que se transformaria numa das marcas registradas da imprensa feminina. Inicialmente todas eram folhas literárias. A moda, um dos temas centrais das publicações femininas de hoje, foi incorporada apenas no século XIX, que veria esse gênero se multiplicar extraordinariamente. Já em 1800, surgiram vários veículos dedicados exclusivamente à moda e que ofereciam até receitas de modelos para ser feitos em tricô – uma novidade na época.

Na Inglaterra, a literatura dita feminina, ou seja, feita por mulheres, possuía grande expressão. Mas a França foi o país onde a esta imprensa, mais floresceu, servindo posteriormente de modelo para muitos países, inclusive o Brasil. O primeiro veículo francês conhecido foi o *Courrier de la Nouveauté*, de 1758, que já trazia em seu nome o que viria a ser um dos principais atrativos da imprensa feminina até hoje: o novo, a novidade. O *Journal des Dames* começou como jornal literário; depois mudou de nome e passou a se chamar *Journal des Dames et des Modes*, quando, além do editorial, dos poemas, das crônicas de livros e teatro, foram acrescentadas páginas de moda. Sobre educação, o jornal dava conselhos considerados modernos na época, elogiando as mães de família que se ocupavam diretamente dos filhos e incentivava a criação de externatos para moças, que até então costumavam ser educadas em conventos e internatos.

“Conselhos”, “dicas” e “receitas” são palavras sempre presentes no discurso da imprensa feminina. Por meio de uma linguagem coloquial e próxima – “amiga”, “querida” – ela consegue transpor barreiras e fixar-se como figura de

confiança no imaginário das leitoras. No entanto, essa confiança conquistada e a aproximação que dela resulta ocultam muitas vezes um discurso autoritário, estabelecido no uso de formas verbais imperativas – “compre”, “faça”, “use” – fazendo com que os textos dirigidos à mulher se aproximem bastante da linguagem publicitária, transformando-se em comunicação persuasiva. Cria, assim, como um “decreto de conduta”, a medida que estabelece formatos desejáveis de comportamento.

No surgimento da imprensa feminina, esses “conselhos” eram dados pelas pessoas que escreviam nas publicações - mais em tom de troca, pois as mulheres queriam apenas sentir-se ouvidas. Entretanto, aos poucos o discurso passou a se apoiar na palavra de um especialista, reforçando a mensagem coercitiva, buscando credibilidade para a publicação e fidelidade por parte das leitoras, “amparadas” nas suas dúvidas e inseguranças. Entram em cena o médico que ensina como fazer prevenção de doenças, a psicóloga que mostra a melhor maneira de lidar com os filhos, a cabeleireira que ensina a cuidar dos cabelos...

Foucault chamou a atenção para a relação entre a “vontade de verdade”, presente no século XIX e o que ele nomeou de “mutações científicas”, acentuadas nesse período. Em seu pensamento, a aceleração das conquistas na esfera da ciência se deve em grande parte a essa vontade de verdade que caracteriza a cultura clássica. Essa vontade de verdade, quando amparada por um suporte e uma distribuição institucional, “tende a exercer sobre outros discursos, uma espécie de pressão e como que um poder de coerção” (2009, p.18). Foucault cita a literatura ocidental como exemplo, principalmente o romance realista, que teve de buscar apoio, “no natural, no verossímil, na sinceridade” – ou seja, no chamado discurso verdadeiro. Para Buitoni, esse discurso acaba também por desautorizar a mulher nas suas próprias escolhas, “porque parte da valorização da autoridade científica: dá-se a palavra ao especialista para que ele diga qual a maneira certa de amamentar o bebê; não se entrevistam mães para que transmitam sua experiência. A pretexto de informar, mostra-se que a mulher não sabe” e conclui: “persuasivo, impositivo, o discurso da imprensa feminina raramente se abre a questionamentos” (Idem, p.76).

Voltando para a França do século XVIII. No período da Revolução Francesa

surgem as primeiras publicações que tinham como tema central a política – como *Les Annales de l'Education du Sexe*, de 1790, *Les Evénements du Jour*, em 1791, e *La Feuille du Soir*. Os dois primeiros redigidos por uma “sociedade de cidadãos” e o último por uma “sociedade de mulheres” (Buitoni, 1986, p.26). Isso aconteceria novamente no século XIX, quando os direitos femininos – principalmente o direito ao voto – entrariam em cena como o assunto dominante, em certas publicações, principalmente na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos. Nesses países, as idéias feministas tinham por principal foco a procura da definição de uma “identidade feminina” e do lugar da “diferença” ocupado pela mulher. Heloísa Buarque de Hollanda alertou para o cuidado de manter-se concentrado nessa busca:

do ponto de vista político, o empenho em se marcar essa identidade pode ser defendido como uma necessidade tática na luta contra as instituições do poder patriarcal. Entretanto, a própria idéia de identidade está fundamentalmente comprometida (...) com a estrutura da lógica patriarcal. Portanto, reforçar a noção de “mulher” como “outro”, procedimento bastante frequente, traz consigo o risco de apenas legitimar e garantir a identidade hegemônica do “mesmo” (1991, p.7).

Talvez por isso as publicações que eram apenas políticas perdiam campo para aquelas que, além de defender a educação feminina e batalhar pela melhoria das condições de vida das mulheres, falavam também de moda e beleza. Esse foi o caso do mais conhecido jornal feminino norte-americano, o *Lady's Magazine*⁸. Idealizado por Sarah Hale, uma viúva sem posses que, após obter algum sucesso como escritora, foi procurada por um jornal de Boston para criar a publicação, lançada em 1828. Segundo a sua criadora, os pontos principais da revista eram “o entretenimento, o esclarecimento e o serviço”. Mas, apesar de ser considerada uma “feminista lutadora”, Sarah Hale “jamais pronunciou a palavra política em suas revistas” (Buitoni, 1986, p.28). No entanto, fazia suas reivindicações a favor da educação como direito fundamental das mulheres, “usando sedas e luvas”.

Um dos primeiros exemplares do gênero na França foi *L'Athénée des Dames*, cujas redatoras abertamente buscavam a luta. *L'Athénée* recebia um considerável número de cartas de leitoras, manifestando a opinião de que “a resignação era a solução para os problemas femininos” (Idem). Desse modo, a

⁸ Foi nos Estados Unidos que se formou a denominação *magazine* (Buitoni, 1986, p.27).

literatura, a moda e a decoração, acabavam por influenciar cada vez mais os assuntos das publicações, já que eles garantiam a simpatia do público. Depois que alguns direitos fundamentais, como o voto, foram obtidos, a vocação política da imprensa feminina foi, pouco a pouco, perdendo força.

Para Buitoni, a presença muito forte da literatura na origem da imprensa feminina “era um sinal de que se tentava um canal de expressão pública”. Nesse caso, como aconteceu com todas as reivindicações femininas dos séculos XVIII e XIX, havia um movimento de impulsão para fora da esfera doméstica. “Cumpridas essas funções, os periódicos femininos voltaram a atividade da mulher para dentro do lar” (1986, p.72).

A imprensa feminina, portanto, nasceu sob o signo da literatura. Alguns jornais e revistas eram mesmo publicações de associações literárias femininas. Então, além de levantar uma possibilidade de discussão dos direitos femininos, ela também funcionava como um canal de manifestação literária para algumas mulheres que não encontravam outro espaço onde expressar sua vocação. Isso também acontecia com escritores já consagrados – como Flaubert, por exemplo – que se utilizavam principalmente das revistas para publicar seus romances em fascículos. Sendo assim, escritores transformavam-se em jornalistas⁹ e o resultado era que as diferenças entre o texto jornalístico e o literário quase não existiam.

A presença da literatura na imprensa, representada por contos, crônicas e pequenos romances também ajudou a difundir um novo modelo de comportamento afetivo: “o comportamento humano, servindo de catarse ou de tema para literatura amorosa, ganhou milhares de leitoras principalmente das camadas mais populares”¹⁰ (Buitoni, p.65). A potencialidade do “correio sentimental” também era bastante explorada, em abordagens variadas segundo as diferentes publicações, mas sempre tendo como foco principal a relação amorosa. É importante destacar que “correios sentimentais” serviram de “canal de expressão” para as leitoras responsáveis pela produção maciça de cartas, publicadas nas suas sessões. A relação entre mulher e amor transformou-se em junção atrativa e rentável.

⁹ George Sand foi colaboradora no *Le Journal de Femmes* (1832-1838).

¹⁰ Que na década de 1930 seria potencializada com a publicação de fotonovelas.

Os títulos então se sucediam, “entre a moda e a literatura, duas incentivadoras da fantasia”. No entanto, com a democratização da primeira e a consequente multiplicação das publicações que ofereciam moldes de papel para confeccionar roupas, a imprensa feminina se expandiu, dando um salto nas tiragens do fim do século XIX. “A influência dos moldes, sobre as vestimentas das pessoas, homens e mulheres, foi enorme; a padronização do talhe das roupas começava a atenuar a diferença entre as classes” (Buitoni, 1986, p.29).

Contudo, a literatura ainda não havia perdido sua força, o jornal francês *Echo*, além de inserir em sua publicação mensal um molde gratuito, incluía também, como brinde para atrair mais leitoras, um romance em páginas destacáveis de modo a formar um livro depois. Ele foi recordista de vendas em seu país, em 1893, com 210 mil exemplares vendidos, atingindo anos mais tarde, em 1930, a incrível tiragem de 1 milhão e 130 mil exemplares.

Além da moda, a casa também passava a ser um componente de peso na imprensa feminina. Principalmente quando a luta pelos direitos deixou de ser o foco ironicamente a esfera doméstica voltou ao primeiro plano.

O jornal norte-americano *Lady's Home Journal* merece destaque por imprimir uma nova filosofia à imprensa feminina, quando rompeu com a tradição de moralismo, sentimentalismo e piedade vigentes até então nos discursos. Seu editor, Edward Bok, defendia um novo tipo de mulher que devia ter “idéias práticas, uma certa ambição, melhor aparência física e o gosto mais apurado” (Idem). Propondo a praticidade como norma, ele conseguiu ultrapassar 1 milhão de exemplares em 1904, transformando-se em 1914 na publicação mais vendida do mundo. Essa “filosofia americana” de editar para mulheres terminou por se difundir por todo o mundo. *Elle*, a revista que apareceu no pós-guerra, em 1945, refletia bem essa filosofia, apesar de ser francesa foi além, unindo praticidade e estilo. Ela foi a primeira revista a ser lançada com uma grande campanha publicitária, assim como foi também a primeira em toda a Europa a publicar anúncios em cores. Logo conquistou enorme sucesso.